EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

N° 005/2020

OBJETO: 01 ÔNIBUS

SERINGUEIRAS/RO
JULHO / 2020

SUMÁRIO

1. DO OBJETO 3
2. DAS CONDIÇÕES 3
3. DOS IMPEDIMENTOS 4
4. DA INSCRIÇÃO 5
5. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA 6
6. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS 9
7. DOS PRAZOS 9
8. RECURSOS 12
9. DA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO 10
10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS 10
11. RESPONSABILIDADES E SANÇÕES 11
12. DISPOSIÇÕES GERAIS 14
13. ANEXOS 15
13.1 OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO 137
13.2 DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA 15
13.3 PLANO DE TRABALHO 19
13.4 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS 24
13.5 RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS 25
13.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DIRIGENTE COMO MEMBRO DE PODER PÚBLICO 26
13.7 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO 27
13.8 DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE CONTAS A QUAISQUER ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS 28
13.9 CHECK-LIST DAS DOCUMENTAÇÕES A SEREM APRESENTADAS 29

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 005/2020

O presente EDITAL tem por objetivo a **ABERTURA** do chamamento público, nos termos da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Decreto Federal nº 8.726 de 27 de abril de 2016, Decreto Estadual nº 21.431 de 29 de novembro de 2016, e demais resoluções e legislações, para seleção de projetos de associações rurais sem fins lucrativos, que representam os agricultores familiares.

1. DO OBJETO:

1.1. O presente Edital tem por objetivo selecionar **UMA** Entidade sem Fim Lucrativo, para celebração de ACORDO DE COOPERAÇÃO com a Prefeitura Municipal de Seringueiras, para fornecimento do veículo adquirido através de **Convênio Estadual firmado com a Secretaria Estadual de Agricultura – SEAGRI, N° 241/PGE-2017, sendo UM ÔNIBUS** que tem por objetivo de suprir a necessidade de deslocamento dos agricultores familiares.

1.2. São obrigações da associação selecionada:

1.2.1. Beneficiar os agricultores familiares do município de Seringueiras/RO;

1.2.2. A associação beneficiada com a entrega deste veículo utilizará o mesmo para fins de promoção de deslocamento dos agricultores familiares.

1.2.3. Garantir a estrutura física, para armazenamento e conservação do veículo;

1.2.4. Garantir a realização das manutenções necessárias ao veículo, bem como seus reparos quando necessário;

1.2.5. Prestar informações a comissão de avaliação e monitoramento sempre que solicitado;

1.2.6. Se responsabilizar pela organização das documentações a serem apresentadas na prestação de conta, em até 90 (noventa dias) do ano subseqüente.

1.2.7. Observar o que estabelece a Lei 11.326/2006 em especial o disposto no art. 3° e seus incisos e parágrafos § 1° e § 2° e seus incisos.

1.3. Após 4 anos do início desta parceria, caso as prestações de contas sejam aprovadas, e depois de feita a constatação e a avaliação prévia do bem in loco por membros da comissão de avaliação e monitoramento, esse poderá ser doado a entidade na qual está executando o acordo de cooperação, se o Gestor Público entender que há interesse público nesse ato e que são necessários à continuidade do projeto.

1.4. Descrição do Equipamento:

- 01 Ônibus usado, tombamento: 4599.

2. DAS CONDIÇÕES:

2.1 As associações interessadas em participar desse chamamento público devem atender as seguintes condições:

2.1.1 As associações não ficará obrigada a ter sede física no Município, porém fica ressalvado que os serviços e o armazenamento dos equipamentos deverão ocorrer no referido Município;

2.1.2. Em seu estatuto social definirem expressamente sua natureza, objetivo, missão e público alvo, de acordo com as políticas vinculadas a este Edital;

2.1.3. Ainda em seu Estatuto Social deverá estar evidente que tem abrangência e consegue atender as necessidades da região do município de Seringueiras.

2.1.4. Comprovar no mínimo 1 (uma) atividade produtiva voltada para agricultura familiar, relacionada ao objeto do presente chamamento público;

2.1.5. Comprovar existência mínima de 1 (um) ano, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

2.1.6. A Associação vencedora, ao selecionar os beneficiários, não poderá exigir destes, a condição de associado.

2.1.7. Os beneficiários devem ser escolhidos de forma objetiva e segundo o princípio da impessoalidade, independente de associados ou não

3. DOS IMPEDIMENTOS:

3.1. Não poderá participar do processo de chamamento público as associações que:

3.1.1. Esteja em processo de insolvência ou dissolução;

3.1.2. Se encontrem em uma ou mais das situações de vedações previstas na Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

a) Possuam acordos de cooperação ou outro tipo de termos/parcerias firmados com outros órgãos/instituições que contemplem aplicação de recursos para execução de projeto com objeto idêntico e ou em execução ao constante neste Edital;

b) Que tenha sido penalizada com suspensão para conveniar /contratar com a Administração Pública Estadual, ou que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos de quaisquer das esferas de governo nos moldes da Lei 8.666/93 art. 2 e legislação correlata;

c) Que estejam incluídas no Cadastro de Inadimplência das Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, ou por qualquer motivo não apresentem regularidade fiscal;

d) Que tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

e) As Entidades que estejam inadimplentes com o Município de Seringueiras na prestação de Contas de Convênios ou contratos anteriores.

3.1.3. A Associação não pode ter contas rejeitadas pela Administração Pública nos últimos cinco anos;

3.1.4. A Associação não pode ter sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) a prevista no inciso II do art. 73 da Lei 13.019/14;

d) a prevista no inciso III do art. 73 da Lei n° 13.019/14 (art. 39, V, "a" a "d", da Lei 13.019/14);

3.1.5. A Associação não pode ter tido contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

3.1.6. A Associação não pode ter entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, VII, Lei 13.019/2014);

4. DA INSCRIÇÃO:

4.1 As associações interessadas em participar do presente chamamento público poderão apresentar a proposta de acordo com art.8º §1º do Decreto n.8.726/2016.

4.1.1 As certidões Positivas com Efeito de Negativas servirão como Certidões Negativas.

4.1.2 Organização da Sociedade Civil será notificada para regularizar a documentação em até 5 (cinco) dias, caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou quando as Certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, sob pena de não celebração da parceria.

4.2 No ato da inscrição as associações interessadas deverão entregar DOIS envelopes lacrados, com a seguinte identificação:

a) **Envelope nº 1 - Edital de Chamamento Público Nº 005/2020:**
b) **Envelope nº 2 - Edital de Chamamento Público Nº 005/2020:**

4.3. Os envelopes deverão ser devidamente protocolados na **Secretaria Municipal de Agricultura** do município de Seringueiras.

4.3.1 O endereço para entrega dos envelopes:

a) **Secretaria Municipal de Agricultura: Rua São Paulo, S/N , Centro, CEP: 76.934-000 – Seringueiras, no dia marcado no Quadro 2 – Cronograma do chamamento público.**

5. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

5.1. Documentação do **Envelope N.º 1**:

a) Ofício solicitando inscrição da proposta (conforme anexo 13.1);
b) Declaração de ciência e concordância(conforme anexo 13.2);
c) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal (conforme requisitos mínimos do item 5.1.1, modelo no anexo 13.3);
d) Relatório de atividades realizadas pela entidade do último ano;
e) Informar responsáveis pela coordenação e execução do projeto, devidamente identificados e qualificados;
f) Relação dos beneficiários a serem atendidos com o projeto, contendo nome e endereço.

5.1.1. O Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

a) a descrição da realidade do objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou projeto e as metas a serem atingidas;
b) a forma de execução das ações;
c) a descrição de metas quantitativas e qualitativas a serem atingidas;
d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
f) a forma de arrecadação para manter o projeto e a manutenção do bem a ser pleiteado;

5.2. Documentação do **Envelope N.º 2**:

5.2.1 Cópia do Estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei Federal n° 13.019, de 2014;
5.2.2 Cópia da Ata de Eleição do quadro dirigente atual ou documento equivalente;
5.2.3 Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e Órgão Expedidor da Carteira de Identidade e número de registro no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
5.2.4 Cópias dos documentos pessoais (RG e CPF) do Presidente da Associação;
5.2.5 Cópias da (CNH) do motorista e copia de certificado de curso de transporte Coletivo de Passageiros;
5.2.6 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove mínimo de 1 (um) ano de cadastro ativo;
5.2.7 Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
5.2.8 Certidão Negativa quanto à dívida ativa do Estado de Rondônia;
5.2.9 Certidão Negativa de Débitos do município sede da Organização da Sociedade Civil;
5.2.10 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
5.2.11 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
5.2.12 Certidão Negativa do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

5.2.13 Declaração do representante da Organização da Sociedade Civil certificando a inexistência de dirigente como membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de Órgão ou Entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o Termo de Colaboração ou de Fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau (conforme anexo 13.5);

5.2.14 Declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil informando que a mesma, bem como seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento e deverão ter sua veracidade confirmada pela Comissão de Chamamento Público por meio de análise de certidões TCE, TJ e TRF (conforme anexo 13.6);

5.2.15 Declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos federais, estaduais e municipais (conforme anexo 13.6);

5.2.16 Comprovação de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço declarado;

5.2.17 Documentos que comprovem a localização do armazenamento do veiculo relacionado neste chamamento, juntamente com a localização da sede da Organização da Sociedade Civil:

a) Contratos de compra e venda ou locação;
b) Relatório fotográfico do imóvel;

6. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

6.1. Serão eliminadas todas as propostas que:

6.1.1. A proponente se enquadra em um ou mais situações elencadas no item 3 deste edital;

6.1.2. A proponente não apresentou no prazo estabelecido os documentos exigidos ou não cumpriu os requisitos para análise da proposta descritos no item 5.1 deste edital;

6.1.3. A proponente não apresentou no prazo estabelecido os documentos exigidos ou não cumpriu os requisitos para celebração de acordo de cooperação descritos no item 5.2 deste edital;

6.1.5. Os objetivos propostos não estejam de acordo com os que foram propostos nesse edital;

6.1.6. Apresente informações não comprovadas ou qualquer situação que inviabilize o projeto na forma proposta.

Parágrafo único – Será dado ao proponente vencedor o prazo de 5 dias para sanar eventuais irregularidades documentais encontradas em sua proposta.

6.2. As propostas serão classificadas com base nos seguintes critérios:

6.2.1. Número de agricultores diretamente atendidos;

6.2.2. Unidade para armazenamento do bem;

6.2.3. Estrutura física da Associação;

6.2.4. Parceria da entidade com outras instituições, órgãos, entidades, devidamente comprovada;

6.2.5. Apresentação de indicadores para acompanhamento e avaliação dos resultados das ações, propostos no Plano de Trabalho;

6.2.5.1 – Indicadores que deverão compor o Plano de Trabalho:

a. Perspectivas de melhorias na qualidade de transporte dos agricultores, ao longo desse acordo;
b. Índice de beneficiários a serem atendidos diretamente ao longo do acordo;
c. Índice da arrecadação e despesa prevista que a associação terá caso seja pleiteada com o bem;

6.3. A critério da Comissão Especial de Seleção, Análise e Julgamento, poderão ser solicitadas informações complementares ao Projeto apresentado.

6.4. A critério da Comissão Especial de Seleção, Análise e Julgamento, verificará o envio, a validade, a regularidade da documentação e o atendimento as exigências deste Edital;

6.5. Os Projetos poderão ser aprovados integral ou parcialmente em decorrência da análise técnica efetuada.

6.6. Na seleção dos projetos a Comissão Especial de Seleção, Análise e Julgamento levará em conta a equidade na distribuição dos recursos, com o objetivo de contemplar o maior número de entidades possíveis por municípios.

6.7 Pesos e notas que serão calculados de acordo com o quadro 1:

Quadro 1 – Pesos e notas

ITEM	CRITÉRIO	PONTUAÇÂO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	**Numero de Produtores diretamente atendidos**	**1 ponto para cada 05 Produtores.**	**30**
2	**Unidade para armazenamento do veículo**	**2 – Somente cobertura – 10 Pontos;** **3 – Em Madeira com cobertura – 20 Pontos;**	**20**
3	**Estrutura da Associação** **1. Sede própria da Associação (Matrícula do imóvel e relatório fotográfico);** **2. Equipamentos que facilite a produção de alimentos nos imóveis (Relatório Fotográfico);** **3. Acompanhamentos de ATER (Pública e ou Particular);**	**5 pontos por item atendido.**	**15**
4	**Parceria da entidade com outras instituições.**	**2 ponto para cada parceria apresentada.**	**10**
5	**Apresentação de indicadores de acompanhamento** **1. Perspectivas de contratos voltados à comercialização dos produtos, ao longo contrato;** **2. Índice de produtores a serem atendidos diretamente ao longo do contrato;** **3. Índice de evolução de receita familiar prevista ao longo do contrato;** **4. Índice de evolução da produção junto à comunidade estabelecida ao longo do contrato;**	**5 pontos por item atendido.**	**20**

6.8. A nota "zero" nos critérios de julgamento 1, 2, 3, 4, ou 5; ou ainda que não apresente, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto (art. 16, §2º, incisos I a IV, do Decreto nº 8.726, de 2016); importará na desqualificação da entidade.
6.9. A inexistência de qualquer experiência na realização de projetos similares importará na imediata desclassificação da proposta.
6.10. As entidades com pontuação abaixo de 20 (vinte) pontos serão automaticamente desclassificadas.
6.11. Havendo empates entre os participantes em um projeto com mesmo objetivo e em um mesmo município, o critério de desempate será a maior pontuação partindo do item 1, persistindo os itens 2, 3, 4, 5, do Quadro 1 – Pesos e Notas, deste Edital.
6.12. A aprovação das propostas pela Prefeitura Municipal fica condicionada a parecer conclusivo da Comissão Especial de Seleção, Análise e Julgamento, o qual será submetido à homologação da Prefeita Municipal.
6.13. A lista final de classificados dar-se á por ordem de pontuação até o número de 100 entidades observando o correspondente à quantidade de produto disponível.

7. DOS PRAZOS

7.1 O processo do chamamento público obedecerá ao cronograma do Quadro 2.

Quadro 2 – Cronograma do chamamento público

N.º	Etapa	Data
1	**Divulgação do Edital**	**24/07/2020**
2	**Prazo para impugnação do Edital**	**31/07/2020**
3	**Prazo para recebimento das propostas**	**03/08/2020 até 04/09/2020**
4	**Análise das Propostas**	**08/09/2020 até 14/09/2020**
5	**Divulgação do resultado parcial**	**15/09/2020**
6	**Recebimento de recurso até**	**22/09/2020**
7	**Analise de recurso até**	**25/09/2020**
8	**Publicação do resultado final**	**30/09/2020**

7.2. **As propostas deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Agricultura: Rua São Paulo, S/N , Centro, CEP: 76.934-000 – Seringueiras.**

7.3. A divulgação do edital, atas e resultado será efetuada no Portal da Prefeitura Municipal de Seringueiras/RO (http://www.seringueiras.ro.gov.br/), Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial do Municípios (AROM).
7.4. Os prazos fixados no subitem 7.1 poderão ser alterados a critério da Prefeitura, mediante aditivo ao presente Edital.

8. RECURSOS

8.1 O proponente poderá interpor recurso contra os resultados do Chamamento Público, no prazo de até **5 (cinco) dias** úteis, a contar de sua publicação. O recurso deverá identificar a proposta, ser protocolado na **Secretaria Municipal de Agricultura: Rua São Paulo, S/N , Centro, CEP: 76.934-000 – Seringueiras.**
8.2 Interposto o recurso, a Comissão Especial de Seleção, Análise e Julgamento analisará no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo submetê-lo à autoridade competente para manifestação.
8.3 Os recursos apresentados serão analisados e julgados pela Comissão Especial de Seleção, Análise e Julgamento;

9. DA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO

9.1 Homologado o resultado a associação contemplada será convocada para celebração de Acordo de Cooperação.
9.2 Acordo de Cooperação deverá ter parecer em todas as fases: celebração, execução, fiscalização, prestação de contas e homologação da prestação de contas, e ocorrerão em conformidade com a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014, normativos do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e legislação correlata vigente, aplicável ao caso;
9.3 É condição para celebração do Acordo de Cooperação que as certidões estejam dentro do prazo de validade.
9.4 A associação convocada para celebração de Acordo de Cooperação terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a partir do recebimento da notificação, para assinatura do Acordo, sob pena de ser considerada desistente;
9.5 Caso a associação não celebre o Acordo de Cooperação no prazo estipulado ou por qualquer outro motivo, fica a critério da Prefeitura convocar a próxima associação classificada.

10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 A prestação de contas deverá ser feita de acordo com o previsto no plano de trabalho e obrigatoriamente em até 90 (noventa) dias após o fim da vigência do acordo de cooperação.
10.2 Os documentos que devem ser apresentados na prestação de contas:

a) Relatório de cumprimento do objeto;
b) Relatório de prestação de contas a ser aprovado pela concedente;
c) Comprovantes de despesa;
d) Relação de pessoas beneficiadas com o uso do bem adquirido;
e) Declaração de alcance dos objetivos a que se propunha o instrumento;
f) Certidões vigentes;
g) Termo de compromisso de guarda dos documentos.

10.3 A não prestação de contas por parte da associação implicará na inclusão da entidade na (Controladoria Geral do Município – CGM) como devedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e

criminal que possa ser acionada em desfavor da associação, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

10.4. Observar ainda o previsto no Capítulo IV da Lei 13.019/14 **(DA PRESTAÇÃO DE CONTAS).**

11. RESPONSABILIDADES E SANÇÕES

11.1 A execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Chamamento Público e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Associação:

a) advertência;
b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

11.1.1 As sanções estabelecidas nos itens a e b são de competência exclusiva da Prefeita Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias após a notificação da irregularidade à Associação, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade, se for o caso.

11.1.2 Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

11.1.3 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

11.2 A Prefeita Municipal indicará o gestor da parceria que tem como atribuição:

a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei 13.019/2014 e suas alterações e art. 60 do Decreto Estadual nº 21.431/2016;

11.2.1 A Prefeita Municipal disponibilizará materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

11.3. Constituem obrigações das Associações:

a) Manter o bem em perfeito estado de conservação e uso, não podendo transferi-los a outrem, ficando sob sua responsabilidade a fiscalização de uso do referido bem;

b) Devolver o bem, objeto deste instrumento, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo estabelecido neste Edital, como no caso de sua rescisão antecipada.
c) Em caso de perda, a qualquer título, ou dano no bem cedido, ressarcir o PARCEIRO PÚBLICO pelos prejuízos causados, podendo, a critério do PARCEIRO PÚBLICO, essa reposição ser realizada por bem de igual valor, espécie, qualidade e quantidade.
d) Permitir o PARCEIRO PÚBLICO a fiscalização do bem quando entender necessário a qualquer tempo.
e) Arcar com todas as despesas ou quaisquer outras que venham a incidir sobre o bem, objeto do presente Acordo de Cooperação.
f) Compromete-se a encaminhar à Prefeitura, quando solicitado, um relatório sobre as condições de uso, local e estado de conservação do bem cedido.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 A PREFEITURA reserva-se o direito de alterar o presente Edital, por conveniência da Administração, sem que caiba às entidades participantes do processo de seleção direito a qualquer indenização. Caso as eventuais alterações tenham repercussão no projeto básico e ensejem sua adequação, será fixado novo prazo para sua apresentação;
12.2 É facultado a Comissão Especial de Seleção, Análise e Julgamento promover diligências destinadas a esclarecer o processo, bem como solicitar a comprovação de qualquer informação apresentada pela entidade;
12.3 A efetiva celebração do Acordo de Cooperação dar-se-á por ordem de classificação, até o limite da quantidade de insumos disponível Prefeitura para tal finalidade;
12.4 O credenciamento poderá ser anulado a qualquer tempo se constatada: documentação incompleta, falsificação de documento, inveracidade das informações ou qualquer outra ilegalidade no processo.
12.5 O chamamento público pode ser revogado por conveniência da Administração Pública, através de decisão fundamentada, sem que caiba aos participantes qualquer indenização.
12.6 A PREFEITURA realizará o acompanhamento periódico do projeto a fim de assegurar sua eficácia e o resultado social previsto quando da apresentação dos projetos.

12.7 Para execução do objeto do Acordo de Cooperação as entidades deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e ética pública, bem como os ditames da Lei n.º 8.666/93, no que couber.
12.8 É vedada a delegação da execução do objeto deste Edital à Terceiros.
12.9 Os casos omissos serão resolvidos conforme Art. 55, Inciso XII da Lei Federal N°. 8.666/93, dos princípios gerais do direito e demais legislação aplicada; e também na Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações.

13. ANEXOS:

13.1 Ofício De Solicitação;
13.2 Declaração De Ciência E Concordância;
13.3 Plano De Trabalho;
13.4 Relação Dos Beneficiários
13.5 Declaração De Inexistência De Dirigente Como Membro De Poder Público
13.6 Declaração De Inexistência De Vedação
13.7 Declaração De Que A Organização Não Deve Prestações De Contas A Quaisquer Órgãos Federais, Estaduais E Municipais
13.8 Check-List Das Documentações A Serem Apresentadas.

Seringueiras/RO, 15 de Julho de 2020.

Comissão de Seleção de Chamamento Público:

Kênia de Jesus Moraes Ribeiro
Membro da Comissão
Matricula 466

Fábio Junior Romão de Barros
Membro da Comissão
Matrícula 1381

Nilza Bulhões do Nascimento
Membro da Comissão
Matrícula 909

Adriana Borges de Oliveira
Membro da Comissão
Matrícula 1579

Mônica Vieira do Nascimento Santos
Presidente da Comissão
Matrícula: 866

Aprovo o presente Edital:

LEONILDE ALFLEN GARDA
PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS

13 - ANEXOS

13.1 OFÍCIO SOLICITAÇÃO

(IDENTIFICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO / LOGOMARCA)

Oficio nº XXX/2019 Seringueiras/RO, Dia de Mês de 2019

A Sua Excelência Senhora
LEONILDE ALFLEN GARDA
Prefeita do Município de Seringueiras

Assunto: Encaminhamento de documentação relativa ao Chamamento Público

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Conforme termos do Edital de **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº XXX/2019**, solicito inscrição no certame na qual estou encaminhando estas documentações necessárias, com fins de análise e posteriormente firmar o Acordo de Cooperação para a recepção do bem a ser pleiteado.

Sem mais para o momento, agradeço desde já a compreensão.

Atenciosamente,

_____

Nome do representante legal
Presidente da Associação Fulana de Tal, Linha XX

13.2 DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

(MODELO)

Declaro que a **Associação Fulana de Tal, Linha XX** está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº **XXX/2019** e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Seringueiras/RO, Dia de Mês de 2019

_____

Nome do representante legal
Presidente da Associação Fulana de Tal, Linha XX

13.3 PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS

1.1 - DA ORGANIZAÇAO		
Nome da entidade		CNPJ
Rua	Bairro	Cidade
Complemento	Estado	CEP
Telefone	Celular	
E-mail		
Site		
1.2 – DO RESPONSAVEL PELA ORGANIZAÇAO		
Nome completo		
CPF		RG
Rua	Bairro	Cidade
Complemento	Estado	CEP
Telefone	Celular	
E-mail		
Cargo		
Eleito em	Vencimento do mandato	

2. PROJETO

2.1 – OBJETO A SER PLEITEADO
informar o objeto a ser pleiteado, exemplo: 01 TRATOR E 01 CARRETA
2.2 – OBJETIVO GERAL
Informar o que se pretende alcançar de forma clara e concisa. A especificação do objetivo geral deve responder às questões: Para quê? Para Quem?. Deve ser formulado com vistas à solução de um problema.
2.3 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Descrever as ações específicas necessárias para alcançar o objetivo geral. Utilizar verbos que representem ações específicas e concretas: construir, implantar, adquirir, contratar, capacitar, instalar, elaborar, montar, editar, confeccionar, produzir, imprimir etc. Evitar verbos de sentido abstrato, confuso, impreciso: apoiar, colaborar, fortalecer, contribuir etc. Os objetivos devem ser tangíveis, específicos, concretos, mensuráveis e atingíveis em um certo período de tempo.

- **EXEMPLO:**
- **MELHORAR A QUALIDADE DA LAVOURA;**
- **OFERECER MAIS RECURSO AOS PEQUENOS AGRICULTORES;**

2.4 – JUSTIFICATIVA

Descrever causas e efeitos dos problemas existentes, e como se pretende resolver e/ou transformar, registrando informações pertinentes: estatísticas, indicadores, outras caracterizações, etc.

Deixar claro o que se pretende resolver ou transformar e apresentar respostas para as seguintes perguntas:
Qual a importância do problema para a comunidade local?
Quais as alternativas para solução do problema?
Por que executar o projeto?
Por que ele deve ser aprovado e implementado?
Qual a possível relação do projeto proposto com atividades semelhantes ou complementares entre projetos que estão sendo desenvolvidos?
Quais os benefícios econômicos, sociais e ambientais a serem alcançados pela comunidade?

2.5 – PÚBLICO ALVO / BENEFICIÁRIOS

Quantificar (número) e qualificar (descrever) as pessoas a serem beneficiadas, de fato, com o projeto, e os critérios utilizados para a seleção de beneficiários (diretos e indiretos).

2.6 – ÀREA DE ABRANGENCIA

Informar qual a dimensão espacial da área de cobertura do projeto, relacionando atores envolvidos, linhas, bairros, ruas etc. Deixar bem claro onde o projeto será aplicado/realizado.

2.7 – METODOLOGIA

Informar o conjunto dos fundamentos teóricos, as formas, as técnicas e os métodos, articulados numa sequência lógica, que serão utilizados para executar o projeto.

Descrever o passo a passo do conjunto de procedimentos a serem utilizados para que os objetivos do projeto sejam atingidos.

- **EXEMPLO: O BEM ADQUIRIDO SERÁ UTILIZADO NA FASE DE COLHEITA, QUE**

SE DÁ NO PERÍODO DE JANEIRO Á JULHO.
2.8 - CAPACIDADE TÉCNICA E GERENCIAL / QUALIFICAÇÃO EQUIPE TÉCNICA
Discriminar as especialidades profissionais necessárias e específicas existentes e a serem contratadas para o desenvolvimento das atividades propostas para a execução do projeto. Especificar o campo de atuação de cada profissional, tempo mínimo de experiência comprovada, área de formação e o tipo de qualificação a ser exigida, para o desenvolvimento do objetivo proposto.
2.9 – RESULTADOS/PRODUTOS ESPERADOS/IMPACTOS PREVISTOS
Devem estar relacionados com as justificativas e os objetivos específicos. Registrar os resultados que se espera obter com o projeto e a resposta do projeto aos problemas ou demandas sociais. Descrever os benefícios e os impactos positivos e negativos que o projeto trará para a comunidade local: ambientais, econômicos, sociais, etc.

3. OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE

Preencher indicando as obrigações da associação, quanto ao uso, guarda e manutenção dos equipamentos.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Meta, Etapa ou Fase)

META	ETAPA FASE	ATIVIDADES	INDICADOR FISICO		DURAÇÃO	
			UND.	QTDE.	INICIO	TERMINO
					ALR ***Da meta, etapa e/ou fase***	***Da meta, etapa e/ou fase***

5. PAINEL DE DESEMPENHO

(Descrever os gastos com combustível, peças, manutenção e demais despesas para atingir o resultado)

Ações necessárias para alcançar o objetivo	Mês Jan	Mês Fev	Mês Mar	Mês Abr	Mês Mai	Mês Jun	Mês Jul	Mês Ago	Mês Set	Mês Out	Mês Nov	Mês Dez

6. RESULTADOS ESPERADOS / INDICADORES

Objetivos (conforme subitem 6.2.6.1)	Indicadores quantitativo/qualitativo de resultados:		Meios de verificação
	Existente	Expectativa	
1- Ex: Aumento da Produção;	- Quantidade de Produção Existente;	- Quantidade de Produção futura prevista;	- Nota do Produtor;
2-			
3-			
4-			

7. DOS PRAZOS

Período para execução do objeto	**02 (DOIS) ANOS**

08. DECLARAÇÃO

Declaro Para Fins De Prova Junto A **Prefeitura Do Município De Seringueiras** Que Em Nome Da ***Associação Fulana De Tal, Linha Xx***, Que Inexiste Qualquer Débito De Mora Ou Situação De Inadimplência Com O **Tesouro Estadual** Ou Qualquer Órgão Ou Entidade Da **Administração Pública, Estadual, Federal E Municipal** Que Impeça A Transferência De Recursos Oriundos De Dotações Consignadas No Orçamento Do **Estado**, Na Forma Deste Plano De Trabalho.

Pede Deferimento.

Seringueiras/RO_____/_____/_____. _____

Presidente da Associação

09. APROVAÇÃO PELA CONCEDENTE

APROVADO

Seringueiras/RO_____/_____/_____. _____

Secretário(a) ou Prefeito(a)

13.5 RELAÇÃO DO BENEFICIÁRIOS

RELAÇÃO DO BENEFICIÁRIOS A SEREM ATENDIDOS

Seq.	Nome do Beneficiário	Endereço
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		

13.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DIRIGENTE COMO MEMBRO DE PODER PÚBLICO

(MODELO)

Eu ..... (brasileiro), CPF nº _____, RG nº_____, residente e domiciliado na _____ (cidade/estado), representante da Organização da Sociedade Civil....., **DECLARO** a inexistência de dirigente como membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de Órgão ou Entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o Termo de Colaboração ou de Fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

Seringueiras/RO, Dia de Mês de 2019

_____

Nome do representante legal
Presidente da Associação Fulana de Tal, Linha XX

13.7 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO

(MODELO)

Eu ..... (brasileiro), CPF nº _____, RG nº_____, residente e domiciliado na _____ (cidade/estado), representante da Organização da Sociedade Civil....., **DECLARO** que a mesma, bem como seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Seringueiras/RO, Dia de Mês de 2019

_____

Nome do representante legal
Presidente da Associação Fulana de Tal, Linha XX

13.8 DECLARAÇÃO DE QUE A ORGANIZAÇÃO NÃO DEVE PRESTAÇÕES DE CONTAS A QUAISQUER ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

(MODELO)

Declaro, que a Entidade..... não se encontra com pendências em prestações de contas perante qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de aplicação das sanções legais.

Seringueiras/RO, Dia de Mês de 2019

_____

Nome do representante legal
Presidente da Associação Fulana de Tal, Linha XX

13.9 CHECK-LIST DAS DOCUMENTAÇÕES A SEREM APRESENTADAS.

Não serão aceitos os envelopes que não estiver identificados com o NOME DA ASSOCIAÇÃO, NÚMERO DO ENVELOPE E NÚMERO DO CHAMAMENTO a se inscrever.

ENVELOPE 1

DOCUMENTOS QUE DEVERÃO COMPOR O ENVELOPE 1	SIM	NÃO
1. Ofício solicitando inscrição proposta (modelo anexo 13.1)		
2. Declaração de Ciência e Concordância (modelo anexo 13.2)		
3. Plano de Trabalho preenchido e assinado pelo representante legal (modelo anexo 13.3)		
4. Informar responsáveis pela coordenação e execução do projeto, devidamente identificados e qualificados		
5. Relação dos beneficiários a serem atendidos com o projeto com nome e endereço (modelo anexo 13.5)		

ENVELOPE 2

DOCUMENTOS QUE DEVERÃO COMPOR O ENVELOPE 2	SIM	NÃO
1. Cópia do Estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei Federal n° 13.019, de 2014;		
2. Cópia da Ata de Eleição do quadro dirigente atual ou documento equivalente;		
3. Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e Órgão Expedidor da Carteira de Identidade e número de registro no Cadastro de Pessoa Física - CPF;		
4. Cópias dos documentos pessoais (RG e CPF) do Presidente da Associação;		
5. Cópias da (CNH) do motorista e copia de certificado de curso de transporte Coletivo de Passageiros;		
6. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida do site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que comprove mínimo de 1 (um) ano de cadastro ativo;		
7. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União **(CERTIDÃO FEDERAL);**		
8. Certidão Negativa quanto à dívida ativa do Estado de Rondônia **(CERTIDÃO ESTADUAL);**		
9. Certidão Negativa de Débitos do Município sede da Organização da Sociedade Civil **(CERTIDÃO MUNICIPAL);**		
10. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço **(CERTIDÃO FGTS);**		
11. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CERTIDÃO TRABALHISTA);**		
12. Certidão Negativa do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia **(CERTIDÃO TRIBUNAL DE CONTAS);**		
13. Declaração de inexistência de dirigente como membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de Órgão ou Entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental (MODELO ANEXO 13.6);		
14. Declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil informando que a mesma, bem como seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 (MODELO ANEXO 13.7);		
15. Declaração de que a organização não deve prestações de contas a quaisquer órgãos federais, estaduais e municipais (MODELO ANEXO 13.8);		
16. Comprovação de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço declarado;		
17. Documentos que comprovem a localização do local de armazenamento do veiculo relacionado neste chamamento, juntamente com a localização da sede da Organização da Sociedade Civil: a) Contratos de compra e venda ou locação; b) Relatório fotográfico dos imóveis;		